

Eixo Temático

12. Organização Sindical e a luta pela educação pública

Título

**Sindicalismo e educação básica: desafios dos trabalhadores para
organização de classe**

Autoras

Ana Luísa Pascale Palhares

Priscilla Lemos Nogueira

Instituição

Universidade Federal de São Paulo

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

E-mail

atenapascale@gmail.com

prisslemos@yahoo.com.br

Palavras-chave

Sindicalismo; rede básica de ensino; greve dos professores 2015

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Resumo

A categoria de trabalhadores composta por professores e professoras da Rede Básica de Educação, que contribuem para a escolarização de crianças e jovens que frequentam o ensino fundamental e médio podem não exercer, na ação efetiva do seu trabalho cotidiano, diretamente o trabalho produtivo, mas contribuem com a formação dos cidadãos que irão compor (ou já compõem) o mercado de trabalho em suas várias dimensões. E ainda, estes profissionais estão inseridos na sociedade capitalista que pauta seu desenvolvimento e sistema de produção no processo de venda das mercadorias para a acumulação do Capital por uma minoria, em detrimento do esfacelamento, pobreza e precarização de uma maioria que vive do trabalho, ou seja, da venda de sua mão-de-obra (intelectual ou manual) para terceiros.

Neste processo, professores(as) estão diretamente ligados ao sistema de mercado de trabalho e produção, por serem trabalhadores e por formarem trabalhadores, e assim sofrem os efeitos das políticas neoliberais que atuam sobre as escolas como meras reprodutoras de um sistema de ensino que forma a população para produzir mais-valia e as condicionam em uma estrutura econômica onde o acesso aos bens produzidos pela civilização se limitam a mera sobrevivência, mesmo que eventualmente sejam sugados pela consumo supérfluo presente na sociedade que produz *em massa e para o* consumo da massa, com a frivolidade na troca contínua das mercadorias para satisfazer as necessidades do sistema de acumulação.

Partindo desta premissa de submissão ao capital que leva professores(as) a serem trabalhadores tão precarizados como outras categorias, estes profissionais têm na organização sindical um instrumento para unir a classe contra a economia excludente que vigora nas sociedades capitalistas, no entanto, serão os sindicatos dentro de sua estrutura atual instrumentos efetivos de luta para estes trabalhadores?

Neste estudo, realizaremos uma breve revisão da bibliografia que lida com as relações sindicais e suas transformações no decorrer das décadas, o lugar dos professores enquanto trabalhadores que estão condicionados ao sistema neoliberal e a educação que está posta como mercadoria através das políticas públicas pautadas no processo de reestruturação produtiva, visando responder a seguinte inquietação: há

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



espaço para a organização de classe e emancipação dos trabalhadores da educação através das formas dadas pelos sindicatos atuais?

Num segundo momento, iremos analisar a organização do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) em torno da maior greve realizada pelos professores da rede básica no ano de 2015, discutindo como a atuação do sindicato, como instrumento de luta dos trabalhadores, age como agregador em alguns pontos e em outros afasta os professores e desarticula-os. Iremos fazer um breve relato da trajetória histórica de luta da Apeoesp em defesa dos direitos dos professores da rede estadual de São Paulo, realizar um relato de experiência da greve de 92 dias realizada no ano de 2015 e quais foram as ações do sindicato nas negociações com o governo para a organização da luta dos trabalhadores.

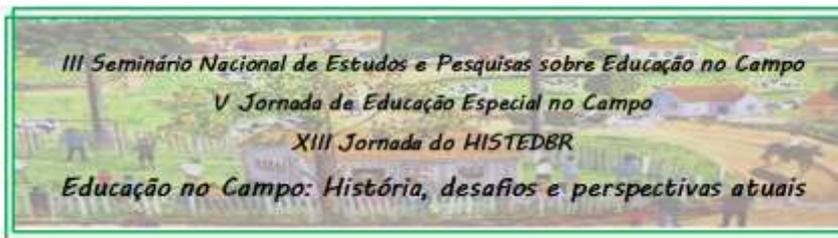
Texto Completo

O Trabalho

O trabalho se categoriza como central para a organização da sociedade, pois foi através de seu desenvolvimento histórico que os indivíduos modificaram (e modificam) as condições básicas da humanidade, tanto no que compete a estrutura orgânica (física) no aperfeiçoamento das mãos, coluna, fala, como para agrupar os indivíduos em torno de um ideal comum e iniciar o convívio dentro do sistema de coletividade. Segundo Friedrich Engels (1952) é o homem acabado (desenvolvido fisicamente) que traz o surgimento da sociedade.

Entendemos como trabalho todo o emprego de força física ou intelectual para realizar uma ação, sendo que, no decorrer da história, verificamos diferentes formas de organização do trabalho, desde a organização das sociedades tribais que viviam em harmonia com a natureza executando atividades relacionadas a subsistência da comunidade com tarefas organizadas conforme o gênero e a idade, passando pela escravidão e servidão, onde o trabalho era vinculado a ideia de atividade penosa e

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



degradante, por isso os nobres se valiam de escravos e servos para realizar a produção necessária para manter a sociedade, chegando ao trabalho na sociedade moderna onde, através da consolidação do capitalismo que visa a produção industrial em massa para garantir o processo de acumulação do capital houve a necessidade de aumentar a quantidade de trabalhadores e, é neste momento, da passagem da organização social em torno da troca de mercadorias (Feudalismo) para a organização em torno da venda (Capitalismo) que o trabalho passa a ser visto como atividade que “dignifica o homem”.

Para Karl Marx (2013) o que diferencia as épocas econômicas não é especificamente *o que* está sendo produzido e sim *como*, com que modos de produção está se desenvolvendo a força de trabalho e as condições sociais nas quais se trabalha. Na sociedade moderna, onde quem detém os meios de produção (Capitalistas) se valem da mão de obra dos que apenas têm isso a oferecer, o trabalhador é incorporado como “fermento vivo aos elementos mortos que constituem o produto” (p. 263).

Estando o trabalho no centro das relações sociais, pois a sociedade ainda é produtora de mercadorias, e sendo o processo de produção capitalista pautado na criação de valores de troca, resultantes da interação entre trabalho vivo *versus* trabalho morto e capital variável *versus* capital constante (ANTUNES, 2011) à execução do trabalho para todos os trabalhadores continua baseada no trabalho estranhado (unilateralidade). Mesmo que com variações (intensidade) diferentes conforme a categoria de trabalho, os trabalhadores da sociedade moderna pouco se reconhecem na execução de suas funções, ou seja, o centro da sua existência, a produção da vida, está apartado e situado como algo externo aos indivíduos, sendo mera ação para adquirir o consumo básico. Neste processo, o trabalho converte-se em meio de subsistência e a força de trabalho torna-se mercadoria com finalidade única para produção de mercadoria. A realização da existência (plenitude) torna-se possibilidade única de subsistência.

No processo de organização da produção industrial que levam aos condicionamentos de vida dos trabalhadores, observamos duas importantes formações históricas: o fordismo e o taylorismo. No início do século XX, Henry Ford através de sua indústria automobilística organizou a produção e a forma de execução da ação dos trabalhadores de forma tão precisa para a realização da acumulação capitalista que este



modelo transpôs os muros de suas fábricas e serviu para organizar as relações de trabalho pelo mundo afora.

No final do século XIX, a produção industrial nos Estados Unidos estava se consolidando, mas a produção de mercadoria para o consumo em massa ainda não era o centro da economia. A forma de manipulação e transformação das mercadorias pelos trabalhadores ainda não extraía com excelência a mais-valia (ainda podia ser melhorada). Com isso, para aumentar a eficácia da produção, o empresário Henry Ford decide articular a organização científica do trabalho (desenvolvida por Charles Taylor) com a execução objetiva da produção, transformando definitivamente seus métodos em forma predominante da organização dos métodos de trabalho. Thomas Gounet (1999) aponta como determinantes para a produção industrial realizadas por Henry Ford as seguintes ações: produção em massa; parcelamento das tarefas (racionalização); ligação entre os diferentes trabalhos com a implantação da esteira rolante; padronização das peças e automatização das fábricas. Desta forma, consegue-se reduzir o tempo de produção fazendo com que se produzam mais automóveis em menos tempo. Este modelo de trabalho tão eficaz para a manutenção da economia capitalista acaba empregado pela maioria das empresas nas décadas seguintes, porém começa a entrar em crise no final dos anos 1960.

Com o início da crise do fordismo um novo modelo de organização da linha de produção surge. No Japão, engenheiros da empresa automobilística Toyota desenvolvem a partir da década de 1950 o modelo que ficou conhecido como Toyotismo. Este modelo teve dois importantes objetivos: competir com o domínio dos Estados Unidos na indústria e aplicar o Fordismo no Japão com as adaptações necessárias à região.

A indústria japonesa precisava se limitar ao pequeno espaço territorial disponível no país, não podendo aplicar o modelo de estoque em larga escala como era feito pelo fordismo, assim o toyotismo se organiza através de algumas ações (GOUNET, 1999; HARVEY, 1994) como: transporte, produção e controle de qualidade. Desta forma, os custos da produção passam a ser limitados e a fluidez da produção passa a ser o objetivo supremo.



Esta reinvenção dos japoneses acarreta na flexibilização da organização do trabalho e assim, a partir da década de 1970 quando o sistema fordista começa a se apresentar ineficaz as demandas do mercado e entra em crise, este novo modelo de organização do trabalho (e dos trabalhadores) passa a crescer e a ser aplicado em várias indústrias e, como ocorrido anteriormente no modelo fordista, expande-se e passa a dominar nas décadas seguintes as relações de trabalho não só na indústria, mas também no comércio e nos serviços.

Alguns autores (GOUNET, 1999; HARVEY, 1994; DIAS, 1998) apontam como fundamental na organização deste novo sistema de produção, em relação ao anterior, o princípio de que antes (no fordismo) eram necessários vários operários (cada um com sua função específica) para fazer circular a produção. Porém agora (no toyotismo), um único operário poderia manipular várias máquinas e realizar funções diferentes (flexibilização), o que acarretou na possibilidade de diminuição do quadro de trabalhadores (retenção de custos para o Capitalismo Industrial) e manutenção da garantia de expansão da economia através da acumulação da mais-valia.

Este regresso em torno das relações de trabalho desenvolvidas nas linhas de produção industrial se faz necessário para entendermos quais foram as lógicas que orientaram as relações de trabalho em todas as esferas sociais. Para a educação, que é o ponto principal que este trabalho aborda, houve a pressão dos industriais em relação aos governos para que houvesse investimentos no sistema educacional para a capacitação dos trabalhadores em relação a execução de suas tarefas no cotidiano de trabalho. É no decorrer do século XX que as parcerias público-privado, iniciadas em maior escala com o Welfare State estadunidense, se desenvolveram e os sistemas de ensino passam a ficar submissos a lógica de educação para o mercado de trabalho.

O Sindicalismo

Os sindicatos surgiram como organizações que agregavam trabalhadores de uma mesma categoria profissional, com o objetivo de desenvolver a solidariedade de classe e defender os direitos dos trabalhadores, sendo responsável por uma série de



vitórias que acarretaram em legislações e acordos que beneficiaram os trabalhadores. Os sindicatos tiveram forte atuação na organização dos trabalhadores durante o período fordista, porém após a reorganização das formas de produção predominante para o taylorismo, eles também sofreram alterações em suas formas de organização e luta.

Com as indústrias aderindo a forma de organização do trabalho onde poucos são funcionários estáveis (efetivo fixo mínimo de trabalhadores) e com a proliferação dos cargos temporários, a fragilização das relações de trabalho levaram a desarticulação dos trabalhadores e fragmentação dos processos de união e luta contra os excessos impostos pelas relações de produção capitalista. Mesmo nos Estados Unidos, onde havia uma longa tradição de luta dos trabalhadores, com a crise do capitalismo articulada a perda de espaço do fordismo, nos anos 1970, os sindicatos passaram a articular-se com os patrões, aceitando relações de trabalho mais flexíveis para evitar o fechamento dos postos de trabalho e garantir a continuidade dos benefícios até então adquiridos.

Neste processo de reorganização da produção, com a ameaça de fechamento de vários postos de trabalho, os trabalhadores deixam de unir-se contra os patrões para articular-se a favor destes, fazendo com que isso levasse a estagnação de suas condições econômicas de subsistência e garantindo a ampliação e readaptação dos Capitalismo Industrial em prol da apropriação da mais-valia. Empresas passam a fechar acordos com os sindicatos que as favoreciam no processo de flexibilização das relações de trabalho, fazendo com que os trabalhadores acabassem favorecendo seus patrões ao invés de sua própria classe. Conforme David Harvey (1994), a reestruturação do mercado de trabalho gerou grande desemprego e abriu muitas vagas de subemprego fragilizando ainda mais as relações de classe entre os trabalhadores.

Transformação importante também ocorreu no acesso as informações. Com o advento da flexibilização e da polivalência, o discurso passa a ser de que o trabalhador deve se qualificar constantemente para se manter inserido no mercado de trabalho (mesmo que na prática isso não ocorresse). A partir dos anos 1980, cada vez mais o conhecimento passa a ser visto como mercadoria, desta forma, a diplomação é incorporada pelo capital corporativo e muitas universidades são instaladas por grupos empresariais. Esta tendência chega ao Brasil no decorrer da década de 1990.



Breve histórico da APEOESP

A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), foi fundada em janeiro de 1945 na cidade de São Carlos. Até a deflagração da primeira greve em 1978, caracterizava-se pelo forte associativismo. Nas décadas de 50 e 60, grupos de professores “tinham a sala de aula como meio de atuação educacional e política que constituíram a base de sustentação para implantação da APEOESP como sindicato” (GOULART, 2004, p. 111) e, através das experiências desses professores, surgiram os principais fatores responsáveis pela configuração que a APEOESP assumiria no final da década de 70. Entretanto, a ditadura atingiu diretamente os sindicatos, que evitavam greves e manifestações, mantendo uma política assistencialista, atrelada ao Estado.

A greve de 1978 representou uma mudança significativa para a categoria, foi um movimento combativo em relação à diretoria da entidade e a política governamental. A mobilização da categoria e a publicização da greve foram consideradas conquistas, pois o movimento grevista obteve poucos resultados econômicos, sofrendo forte repressão do governo Paulo Egydio. A greve de 1978, impulsionou nova greve no ano seguinte, esta realizou-se em conjunto com o funcionalismo público, e também foi reprimida pelo governo Paulo Maluf. Apesar de nenhuma das reivindicações serem atendidas, a APEOESP consolida, neste período, uma nova fase de organização da entidade e penetração na categoria. Os debates em torno dos rumos que o sindicato deveria seguir e as disputas por projetos internos dão a nova tônica. Essas mudanças são parte do contexto político e econômico da década de 1980, caracterizado pelo empobrecimento da população, precarização dos serviços públicos, informalização da economia e favorecimento das exportações em detrimento das necessidades internas. Conforme Débora Goulart (2004), os sindicatos vinham em um momento de reorganização intensa e ações de confronto, em movimento contra as políticas econômicas que degradavam a condição do trabalhador.

Houve avanços em relação às conquistas dos educadores, mas esses avanços não beneficiaram a categoria como um todo, já que parte dos professores lecionavam



em regime de contratação precária. A situação de instabilidade da profissão docente, promoveu a mobilização da categoria garantindo alguns direitos de forma parcial. As conquistas de direitos profissionais foram obtidas até 1985, com a criação do Estatuto do Magistério, lei 444/85. O período de 1978 a 1985, foi um tempo de estruturação da entidade sindical que passou de associação assistencial para uma entidade de caráter sindical.

No período de 1986 a 1989 caracteriza-se pelo crescimento das greves ocasionadas pela ênfase na reivindicação salarial em um momento de consolidação da entidade, que realizou grandes movimentações de massa contra a política econômica e social dos governos federal e estadual lideradas pela CUT. As ações sindicais da APEOESP neste período baseiam-se na priorização da questão salarial, na mobilização em oposição à política econômica e social dos governos e o uso frequente da greve como instrumento de luta.

A centralização da luta sindical nas reivindicações salariais, entendendo-a como a única capaz de levar à greve, com mobilizações de massa servindo como instrumento de pressão ao parlamento, origina um desgaste da relação entre a base da categoria e o sindicato. O enfraquecimento da categoria em longas greves com poucos resultados, abalou a confiança nesse tipo de instrumento de luta.

No início dos anos 90, o governo Fleury (1991-1994) tenta implementar a desregulamentação da profissão docente e a descentralização da escola pública com a municipalização, que só viria ocorrer com a aprovação da LDB 9394/96. Nesse período, em 1993, aconteceu uma das mais longas paralizações do magistério paulista, registrando 79 dias de greve, acompanhadas de ações de confronto, inclusive com a ocupação da Assembleia Legislativa.

O primeiro governo Mário Covas (1995-1998) enseja profundas mudanças na política educacional paulista, em consonância com o governo federal (Fernando Henrique Cardoso), tendo continuidade dos governos que sucederam o governo Mário Covas. Essas mudanças são parte do projeto “São Paulo Faz Escola”, que se constitui - segundo seus idealizadores - como ações para uma escola melhor.

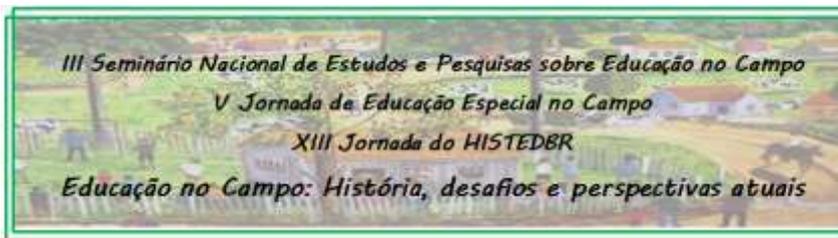
Nesse contexto a APEOESP divulga material e realiza abaixo-assinados explicitando sua posição contrária às mudanças que se avizinham. Além de atos



regionais em cada Diretoria e a organização de um Ato Público em frente a Secretaria de Educação. Houve a orientação para que professores e pais entrassem com processos judiciais para reverter essa reorganização da rede. Diante dessas mudanças, as ações sindicais caracterizam-se como uma atuação fragmentada, parcial e negociada, frente as políticas neoliberais no Estado. Durante o primeiro governo Covas, a APEOESP articulou campanhas salariais que pouco mobilizaram a categoria e não confrontaram a centralidade dos ataques do governo à escola pública, desacreditando a categoria de que o sindicato é um instrumento de luta e conquista dos professores. O sindicato dirigia-se cada vez mais, para as questões corporativas, assistencialistas, negando uma concepção classista e anticapitalista. Arrefecia frente aos avanços da reforma neoliberal na educação, ao mesmo tempo que abandonava a categoria à própria sorte (GOULART, 2004).

O ano 2000 inicia-se com a deflagração de uma greve, motivada pelos ataques à categoria, através das mudanças ocorridas nos últimos anos na política educacional do Estado de São Paulo, resultando ao final da greve em um aumento salarial pífio, o valor do vale-refeição de R\$2,00 para R\$ 4,00 e o adiamento da implantação da Reforma do Ensino Médio. O governo acionou a polícia militar para reprimir professores nas manifestações e prendeu e instaurou processos criminais contra 4 professores, que faziam parte de um acampamento organizado em frente à SEE. A greve de 2000, foi considerada a última grande mobilização da categoria, durou 44 dias e iniciou a paralização com adesão significativa. O fato marcante dessa greve, foi a organização de um acampamento na área externa da Secretaria de Educação que cercava os portões de entrada. Como mencionada acima, 4 professores que fizeram parte deste acampamento foram exonerados e outros professores que depuseram a favor deles, sofreram abertura de processos criminais pelo governo. Após esta greve, o governo criou a política dos bônus, uma forma de desmobilizar ainda mais a categoria, já que um dos critérios do bônus é medido pela frequência.

Com a reorganização do trabalho docente por parte do governo estadual, onerando a categoria em vários aspectos, conforme indicado acima, houve um longo período sem manifestações expressivas, sendo que as greves que se seguiram foram realizadas em 2008, 2010 e 2013, tendo como pontos principais a motivação pela



campanha salarial e a manutenção de direitos, e ainda, em alguns casos, a luta se deu para não perder conquistas da categoria. De forma geral, esse período registrou a piora nas condições de trabalho dos docentes: o fechamento de salas de aula; a municipalização; o aumento de alunos por classe; o encerramento do período noturno nas escolas; a padronização do material didático no formato de apostilas; o achatamento salarial; a divisão da categoria entre efetivos e contratados, explicitado na função da categoria O. Estas ações foram sendo implantadas sem que o sindicato conseguisse efetivamente romper com a situação que se processava.

A greve de 2015: a maior greve da história da APEOESP

A greve dos professores da rede pública paulista de 2015 durou 92 dias, a adesão da categoria no período total da greve foi flutuante, as primeiras semanas registraram 30% de paralização. A pauta de reivindicações era ampla, incluindo até a garantia de água nas escolas, consequência da crise hídrica no estado. Algumas das reivindicações da categoria foram: melhores salários (aumento de 75,33%, segundo a meta do Plano Nacional de Educação, equiparando a categoria à outras que exigem ensino superior); melhores condições de trabalho (ocorreu o fechamento de 3.390 salas de aulas, superlotando salas que chegam a registrar até 60 alunos matriculados); corte de verbas (há escolas que faltam até papel higiênico e outras, que estão com a infraestrutura comprometida) e mais participação dos professores, pais e estudantes na vida escolar, promovendo conselhos de escola democráticos, atuantes e participativos.

Além dos motivos citados acima, milhares de professores Categoria O (professores em regime de contrato precarizado) ficaram sem aulas, por estarem no período da duzentena, ou seja, só podem retornar às salas de aula após o cumprimento de 200 dias afastado do cargo, assim o governo garante a quebra de vínculo empregatício.

O governo alegou que a greve não teve propósito, já que afirma ter dado um reajuste de 45%, dividido em quatro anos e divulgou ter pago o maior bônus da História. O bônus não é salário e não incide sobre os benefícios da carreira. Ademais,



os critérios para o pagamento do bônus e sua eficácia na melhoria da qualidade da educação são discutíveis.

Nas primeiras semanas da greve, a grande mídia não noticiava efetivamente o que estava em andamento. Tanto é que na assembleia do dia 10 de abril, após o término desta, na frente do Estádio do Morumbi, milhares de professores votaram pelo trajeto que percorreria a região do Morumbi até a Rede Globo, na marginal Pinheiros. É evidente a posição que a grande mídia adotou de blindar o governador do Estado de São Paulo, o mesmo governador que negou a existência da greve, também negou o racionamento de água e o prenúncio de uma crise hídrica em São Paulo.

No dia 29 de abril, assistimos indignados e estarecidos, a batalha campal e o cenário de terror que se instalou no Centro Cívico, em Curitiba. Os professores se reuniram para pressionar o governo paranaense, a não aprovar o projeto de reforma da Parana Previdência. Foram quase duas horas de confronto entre policiais e manifestantes, registrando um saldo de 213 feridos, alguns em estado grave. Para garantir a "segurança do prédio" e a realização dos trabalhos sem a presença dos servidores, a polícia usou bombas de efeito moral; spray de pimenta; gás lacrimogênio e balas de borracha para conter os manifestantes. Sem esquecer da presença de cães da raça Pit Bull e de helicópteros que sobrevoavam a região jogando bombas nos manifestantes. As cenas desse descabro foram divulgadas até pela imprensa internacional. Trabalhadores reunidos para preservar a conquista de seus direitos são tratados como caso de polícia.

Diferente dos professores do Paraná, que enfrentaram a violência policial, os professores de São Paulo, enfrentaram a violência do descaso, já que o governo do Estado de São Paulo desmoralizou a greve e desqualificou o sindicato da categoria (APEOESP).

Não houve negociação entre governo e a diretoria do sindicato. Uma das críticas feitas a direção do sindicato foi a completa falta de preparação da categoria para essa greve como, por exemplo, o fato de que muitas subsedes tinham um fundo de greve irrisório para auxiliar os professores durante esse período, pois o corte salarial é uma medida adotada pelo governo em relação aos grevistas. Ao término da greve, os professores não conseguiram nenhuma reivindicação proposta, inclusive, nem a data que o Secretário da Educação afirmou que iria divulgar nova proposta salarial foi



cumprida, que seria 1º de julho. Em relação à reposição de aulas, os professores estão tendo dificuldades para repô-las, pois foram colocados eventuais em aulas de professores que haviam aderido à greve. Os reflexos desta greve, ainda serão percebidos já que a situação da categoria é incerta e não há nenhum plano de mobilização da categoria, após o término da greve.

Concluindo: Professores/Sindicatos *versus* emancipação

Dentro do contexto apresentado, professores são trabalhadores desqualificado submetidos a lógica voraz do capital, expostos a um mercado de trabalho que não é capaz de realizar a plenitude de sua existência (omnilateralidade) e onde não se identificam (estranhamento), e ainda têm a responsabilidade de formar as massas trabalhadores reproduzindo o discurso de qualificação e meritocracia, sendo que, muitos destes trabalhadores mal terão acesso digno ao mercado de trabalho.

A forma histórica de organização dos trabalhadores, os sindicatos, atualmente pouco defendem a classe em relação às relações de trabalho e as imposições do capitalismo, que apenas exclui grande parte da população e faz a manutenção da riqueza das corporações. Cada vez mais, os sindicatos (dos professores e outros) passam a colocar como fator principal da luta contra o capital a reivindicação por reajuste salarial, deixando de questionar as relações de produção e expropriação inerentes à sociedade capitalista e, mesmo quando há uma vitória de reajuste, esta não exclui o trabalhador da lógica de expropriação em que está inserido.

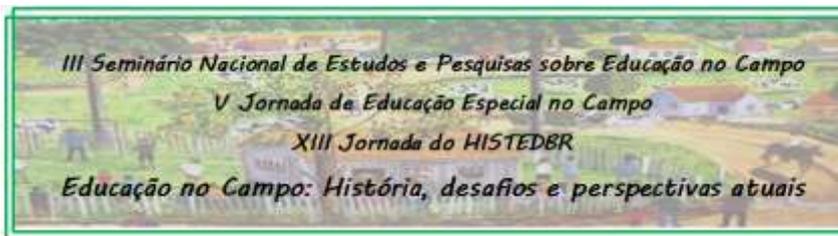
Concordamos com a definição de Ricardo Antunes (2011) de que o trabalho é central na sociedade, pois ainda somos produtores de mercadoria. Portanto, a emancipação dos indivíduos deve vir *do* trabalho e *pelo* trabalho, ou seja, é na produção de nossa existência (organização da vida) que nossas relações de sobrevivência estão diretamente ligadas a produção da vida via trabalho, assim deve-se começar a organizar a luta dos trabalhadores a partir de objetivos específicos a produção das relações da vida, não se limitando a reivindicações econômicas. Não estamos defendendo que a



reposição salarial não seja importante, pois estamos inseridos em uma lógica de economia capitalista onde os meios de subsistência são adquiridos via compra (dinheiro) e sabemos da necessidade primeira dos indivíduos de sobreviver para produzir seus meios de existência.

A estrutura como está dada, atualmente, cada vez mais oprime o trabalhador e o fraciona, fazendo com que sua reflexão sobre a existência pouco ocorra. Na corrida diária para garantir a sobrevivência, cada vez mais os trabalhadores se submetem a lógica de capital, fazendo assim sua manutenção e contribuindo para a continuidade da exploração a que estão inseridos. E ainda, neste contexto, as organizações tradicionais de luta, como é o caso dos sindicatos, pouco respaldo trazem para auxiliar na articulação do trabalhador contra o sistema de produção e acumulação capitalista. Não queremos com esta descrição da atuação ineficaz que atualmente os sindicatos cumprem na luta dos trabalhadores afirmar que este mecanismo de luta não serve mais e deve ser suprimido, no entanto, entendemos que da mesma forma que os empresários reestruturaram o sistema de produção para garantir a manutenção da mais-valia e seu enriquecimento, os sindicatos devem também se reformular e reorganizar seus métodos de luta para benefício da categoria, e isso só será possível através da reocupação dos trabalhadores em seus sindicatos. Neste momento de fragilização das lutas e busca pela garantia do sustento cada vez mais intensa, compreendemos a dificuldade de rearticulação, entretanto, os sindicatos como organizações históricas de luta não podem ser abandonados, pois é através deles que a circulação das ideias e a construção dos objetivos podem ser realizadas de forma mais eficaz.

Os trabalhadores da educação não estão apartados desta situação. Continuam educando as futuras gerações para adentrar no mercado de trabalho e realizar a manutenção (e continuidade) da exploração do trabalhador, e seguem sendo formados dentro da lógica operacional do ensino superior que está posta como mera necessidade de qualificação para o mercado. Desta forma, ressaltamos a importância de instituições paralelas ao ensino formal, uma delas seriam os sindicatos, pois estes podem ser (e devem ser) um espaço a parte da lógica do sistema capitalista (mesmo estando dentro dele) e devem proporcionar as discussões e reflexões (pautadas pelos



trabalhadores) para que os instrumentos de luta possam ser reorganizados e retornem aos trabalhadores como espaços que os favoreçam e sigam na defesa da classe, e não como meros reprodutores dos interesses dos patrões e mecanismos de fragmentação do trabalhador.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva. Ensaios da sociologia do trabalho.** Bauru, SP: Editora Práxis, 2007. Disponível em:

<http://www.giovannialves.org/DRP.pdf> Acesso em: 07/06/2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2011.

ARANHA, Ana. **Na educação, gestões do PSDB são permeadas por tensões e conflitos.** Revista Adusp, Outubro 2011. Disponível em:

<http://www.adusp.org.br/files/revistas/51/r51a15.pdf>. Acesso em: 03/08/2015.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes.** Revista de outubro, nº 1, 1998. Disponível em:

http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf Acesso em 14/04/2015.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.**

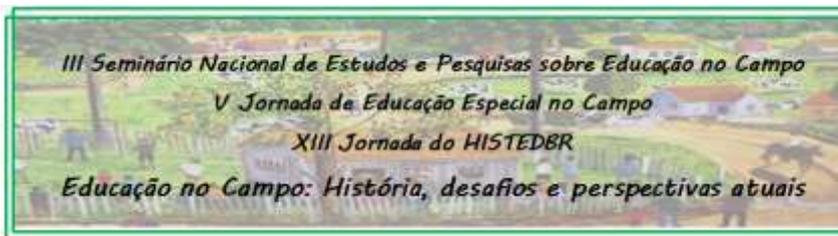
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000041.pdf>. Acesso em 02/04/2015.

GAUDÊNCIO, Frigotto. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2010.

GOULART, Débora Cristina. **Entre a denúncia e a renúncia: a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) frente as reformas na educação pública na gestão Mario Covas (1995-1998).** Biblioteca Digital da Unicamp, 2004. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000333697>

Acesso em 24/08/2015.



GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY. David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORSO, Paulino José (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEGNINI, Lílana Rolfsen Petrilli. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária como insuficiente**. São Paulo Perspectiva, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf> Acesso em: 10/06/2015.

APEOESP. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. **O Sindicato/História/Missão**. Disponível em:

<http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia/>; <http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/missao/>

Acesso em: 17/07/2015.